

A GLOBALIZAÇÃO E OS NOVOS MECANISMOS DE CONTROLE

ANA LUCIA C. HECKERT



contexto
educação

RESUMO

Analisa-se alguns aspectos da globalização à luz da produção de poder segundo Foucault, afirmando que a idéia da irreversibilidade e da inevitabilidade difundida pelos ideólogos da globalização contribui para a naturalização da miséria e da exclusão produzidas pelo neoliberalismo. Articula o conceito de biopoder, de Foucault, com as novas estratégias de produção e trabalho. Tal como o trabalho, também a educação ultrapassa os limites físicos da escola e se instala no cotidiano dos cidadãos, mediante a aprendizagem e a avaliação permanentes e contínuas. A nova estratégia do trabalho valoriza a competência em lugar da titulação. São necessárias novas modalidades de resistência em face da hegemonia neoliberal.

Palavras-chave: globalização, neoliberalismo, biopoder, educação permanente, exclusão.

Aceito para publicação em abril de 2001

LA GLOBALIZACIÓN Y LOS NUEVOS MECANISMOS DE CONTROL

RESUMEN: *Se analizan algunos aspectos de la globalización a la luz de la producción de poder según Foucault, afirmando que la idea de irreversibilidad y de lo inevitable difundida por los ideólogos de la globalización contribuye para la naturalización de miseria y de exclusión producidas por el neoliberalismo. Articula el concepto de doble poder, de Foucault, con las nuevas estrategias de producción de trabajo. Tal como el trabajo, también la educación ultrapasa los límites físicos de la escuela y se instala en lo cotidiano de los ciudadanos, mediante el aprendizaje y la evaluación permanente y continua. La nueva estrategia de trabajo valoriza la competencia en lugar de la titulación. Son necesarias nuevas modalidades de resistencia en fase de la hegemonía neoliberal.*

Palabras-clave: *globalización, neoliberalismo, doble poder, educación permanente, exclusión.*

GLOBALIZATION AND THE NEW MECHANISMS OF CONTROL

ABSTRACT: *This study analyzed some aspects of globalization in light of the production of power according to Foucault, stating that the idea of irreversibility and inevitability disseminated by ideologists of globalization contributes to making it seem natural the misery and exclusion produced by neoliberalism. It articulates the concept of biopower, from Foucault, with the new strategies of production and work. Just like work, education also exceed the physical limits of the school and installs itself in the daily life of citizens through learning and permanent and continuous evaluations. The new work strategy values competence instead of degrees. It is needed new modalities of resistance in face of the neoliberal hegemony.*

Keywords: *globalization, neoliberalism, biopower, permanent education, exclusion.*

A escolha ético-política que devemos fazer a cada dia é determinar qual é o principal perigo
(Foucault, 1985, p.256).

O mundo, no início do século XXI, está sendo atravessado por um conjunto intenso de transformações que alteram desde o desenho geográfico aos mecanismos de produção de subjetividade. Essas mutações vêm operando diversas avalanches e talvez seu drama maior seja, aliado ao alargamento dos níveis de miséria e destruição que afetam inúmeros grupos sociais, a expansão da aceitação desse processo como irreversível. Essa irreversibilidade tem sido um dos ingredientes no processo de naturalização da miséria e da exclusão social.

De outro lado, é importante atentarmos para outros movimentos que ela aciona, obrigando-nos a construir ferramentas de análise que não só buscam apreender os novos modos de funcionamento do capitalismo, mas também a possibilidade de vislumbrar formas de intervenção sobre os processos econômico-políticos atuais, configurando caminhos diferentes daqueles que hoje se estabelecem. Assim, se o capitalismo atual se expande deixando um rastro de destruição, é nessa trajetória e em seu interior que estão sendo gestadas conceituações e problematizações que ampliam os limites de vários campos de saber.

A complexidade da lógica capitalista contemporânea obriga-nos a avançar por outros campos do saber, estabelecendo vizinhanças e produzindo ricas mestiçagens. Estas considerações iniciais não pretendem “dourar a pílula” das dificuldades que vimos enfrentando na vida cotidiana, nem “varrer para debaixo do tapete” dilemas e impasses teórico-políticos. Elas têm apenas o sentido de chamar atenção do nosso olhar para usinagens e engendramentos que afirmam possibilidades, argüindo os fatalismos que pouco contribuem na formulação de caminhos diferentes. Não se trata de produzir análises otimistas ou pessimistas com relação ao quadro econômico-político mundial, mas, sim, de compreender sua lógica de funcionamento, para talvez aí, perceber porosidades¹ que, às vezes, nossas análises totalizadoras não enxergam.

As discussões que serão aqui efetivadas pretendem situar o processo de globalização hoje em cena, refletindo acerca dos dispositivos que são utilizados em sua difusão. O que nos inquieta e pro-

voca nossas análises é, exatamente, o modo como esses processos se vêm instituindo: entendidos em sua maioria como marcha inevitável da qual os diferentes países devem participar, adequando-se, como forma de sobrevivência econômica e política.

E ainda, vinculada a essa inevitabilidade estão os processos de banalização/naturalização dos efeitos da globalização, onde incluímos também as estratégias neoliberais adotadas por alguns países como o Brasil.

GLOBALIZAÇÃO: algumas análises

O campo de produção teórico-política do fenômeno da globalização está permeado por produções variadas que abarcam diferentes matizes. Embora a globalização não seja um processo atual, alguns autores assinalam que a partir da década de 70 ela assume novas particularidades. Dessa forma, o processo de globalização estaria demarcado: pela concentração de capital, constituição de um sistema financeiro internacional que transita livremente pelo mundo inteiro, internacionalização da produção, diminuição do poder dos estados de controlar as economias nacionais, aumento do desemprego e exclusão de inúmeros grupos sociais do mercado de consumo, revolução tecnológica pautada na informação e automação da produção.²

Autores como Arrighi (1998) entendem que esse processo não é novo e que representaria uma tendência do capitalismo mundial desde os tempos modernos. Todavia, esse mesmo autor sublinha a importância de analisarmos as especificidades das transformações atuais do capitalismo. Indica-nos que vivemos uma crise de superacumulação e, ainda, que a financeirização ocupa o lugar central nesse processo de globalização.

El primero en “globalizar-se”, y atualmente “el mayor y en muchos sentidos el único auténtico mercado global” es el mercado de divisas [...]. En ausencia de este explosivo crecimiento de los mercados mundiales, probablemente no hablaríamos de globalización, y seguramente no lo haríamos hablando de un nuevo rumbo del proceso en marcha de reconstrucción del mercado mundial producido bajo la hegemonia de Estados Unidos como resultado de la Segunda guerra mundial. (Arrighi, 1998, p.2)

Chesnais (1999) postula que o quadro político-institucional da globalização configura um processo de mundialização do capital, processando-se de forma global. Mas demarca que esse processo não se restringe a uma fase nova da internacionalização do capital.

O termo “mundialização do capital designa o quadro político e institucional no qual um modo específico de funcionamento do capitalismo foi se constituindo desde o início dos anos 80, em decorrência das políticas de liberalização e de desregulamentação das trocas, do trabalho e das finanças, adotadas pelos governos dos países industriais, encabeçados pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha. (Chesnais, 1999, p.83)

As análises efetuadas por esse autor indicam que a mundialização do capital vem significando, em seu movimento, que as frações dos capitais mundiais que se utilizam da forma-dinheiro para se valorizar empregam as medidas de liberalização e desregulamentação para se movimentar de um lugar para o outro, circulando quase instantaneamente de um país a outro e de uma forma de investimento a outra. Salienta ainda que o espaço de movimentação do capital industrial está circunscrito “pelas relações constitutivas do oligopólio mundial” (Chesnais, 1999, p.83) e também pelas possibilidades de seu deslocamento transferindo unidades de produção para países que pagam salários mais baixos. Todavia, o autor chama atenção para o fato de que esse movimento de mundialização do capital não significa que todas as regiões e países do mundo interessam ao capital, ou que por ele serão integrados.

“As operações feitas com o objetivo de lucro para ‘frutificar’ um capital são por definição (mas sem que isso seja tautológico) seletivas” (Chesnais, 1999, p.83).

Se de um lado o autor assinala a irreversibilidade dessas mutações, essa consideração tem o sentido de indicar que as políticas econômicas e sociais que funcionaram no passado, hoje, não têm eficácia. Chesnais indaga, em suas análises, se essa nova forma de funcionamento do capitalismo marcada por uma frágil acumulação industrial não poderia desembocar numa crise mundial. Ou, ainda, se o limite desse processo não seria político, vinculado às possibilidades que a burguesia financeira teria para administrar as dualidades sociais acirradas pela mundialização, atuando na contenção das resistências dos trabalhadores.

Os estudos de Chesnais (1999) e Arrighi (1998), entre outros, analisando os mecanismos utilizados pelo capital no processo de globalização, acenam para tentativas de vislumbrar limites e impasses desse movimento, a fim de construir outras perspectivas que não a da adequação e integração à forma de globalização instaurada.

Na verdade, explorar os meandros desses processos de globalização é necessário, se nos preocupamos com as formas pelas quais se implanta e os efeitos que vem produzindo e, ainda, se temos o desafio ético-político de transformar os processos instituídos na contemporaneidade.

Com relação aos efeitos do processo de globalização atual podemos destacar, dentre outros, o caráter irremediável com o qual se apresenta. A globalização ora é utilizada para justificar as implacáveis medidas dos governos neoliberais, que privilegiam a flexibilização dos mercados e desregulamentação da economia, cortando gastos sociais, ora é acionada para produzir uma realidade de aceitação das políticas adotadas em nome de uma certa modernização na qual estaríamos sendo inseridos, com uma correlata promessa de felicidade e de bons tempos futuros. Apelando ao processo de globalização como vilão, ou, ainda, como promessa de bons tempos, pouco se esclarece que esse processo não está sendo experimentado da mesma forma por todos os países.

Esses movimentos de globalização não têm significado, como às vezes parece, somente homogeneização. Eles combinam diferenciação e homogeneização, desmonte de alguns processos identitários e produção de identidades denominadas mais “flexíveis”; globaliza alguns processos e localiza outros, combina uma inusitada liberdade de movimento com sedentarizações.

As análises de Bauman (1999) com relação à globalização assinalam que a nova mobilidade com a qual convivemos, possibilitada, entre outros aspectos, pela revolução tecnológica utilizada pelo capital financeiro sem amarras, no lugar de se traduzir em índice de liberdade para todos, vem-se constituindo como elemento de produção de novas hierarquias.

Apontando a complementaridade – e não a contradição – entre integração e divisão, globalização e territorialização, Bauman (1999, p.78) afirma que

os chamados processos “globalizantes” redundam na redistribuição de privilégios e carências, de riqueza e pobreza, de recursos e impotência. De poder e ausência de poder, de liberdade e restrição. Testemunhamos hoje um processo de reestratificação mundial no qual se constrói uma hierarquia sociocultural em escala planetária.

Os estudos desse autor desenham um quadro que desmistifica o caráter “propagandístico” de que a globalização mundial poderia significar, do ponto de vista dos interesses do capitalismo, a ampliação da comunicação e da integração entre os diversos países. Ao contrário, constituída de forma a assegurar a livre movimentação do capital financeiro e industrial, as nuances desse processo vêm apontando para a produção de insegurança e isolamento. No seu ponto de vista, tratar-se-ia de um processo que institui e garante alta mobilidade para a circulação do capital e imobilidade daqueles segmentos da população que não estariam incluídos na lógica desse processo. Cabe ressaltar que inclui-se no mercado de empregos ou de prestação de serviços é vivenciar a vulnerabilidade que marca a relação salarial hoje. Como nos lembra Castel (1997) ocupam o lugar de “sobrante” aqueles que são os “dejetos” do mercado globalizado e sentem-se anestesiados com a situação em que vivem. Até porque, são culpabilizados por não encontrarem emprego, muitas vezes atribuindo-se seu desemprego às qualificações que esses indivíduos não adquiriram quando deveriam³.

Se a sociedade moderna tinha como um de seus pilares constituir-se como “sociedade de produtores” (Bauman, 1999, p.88), a sociedade pós-moderna seria caracterizada como sociedade do consumo. Nesse sentido, utilizando a metáfora do vagabundo e do turista, Bauman analisa o lugar de um e do outro na sociedade globalizada, atentando para a fragilidade com que transitamos de uma instância à outra.

Embora o consumo não seja um traço característico apenas da vida contemporânea, nesta, ele assume alguns contornos diferenciados. O consumo hoje seria marcado pela instantaneidade e descartabilidade. Constituiria, ainda, uma senha de participação na sociedade globalizada. O consumo poderia indicar também a possibilidade de estar em movimento e antenado com as últimas invenções informacionais e tecnológicas, aplacando a teia de insegurança

que hoje se monta quando nos sentimos “por fora”, “out”. Cabe ressaltar que consumir hoje não representa apenas adquirir “coisas”. Consumimos, além de objetos, informações, conhecimentos, sensações, relações com o outro, novidades instantâneas à disposição na mídia e nas vitrinas das lojas etc.

Nessa corrida aventureira e desenfreada pelo consumo volátil, que aplaca as angústias de um cotidiano avassalador, inseguro e desordenado, a aquisição de objetos e sensações poderia dar-nos a idéia de que estamos em permanente movimento. Mas, qual seria a relação estabelecida por Bauman entre turistas e vagabundos e os dilemas produzidos pela globalização?

De acordo com esse autor, os turistas seriam aqueles que estão sempre em movimento, habitando “o mundo dos globalmente móveis” (Bauman, 1999, p.96). Vivem no tempo deslocando-se às vezes instantaneamente de um lugar a outro num mundo quase sem fronteiras; seriam cidadãos do mundo. O deslocamento do turista estaria marcado pela busca de experimentar novas possibilidades. Já os vagabundos seriam os habitantes que sofrem cotidianamente os efeitos do mundo da política de ruas higienizadas e seguras, do trabalho flexibilizado e precarizado que muda de endereço constantemente. Premidos pelas circunstâncias advindas das políticas econômicas e sociais, são obrigados a deslocar-se e desenraizar-se em busca de sobrevivência, ou a manter-se no lugar para não ameaçar a ordem das cidades.⁴

Entretanto, assinala Bauman que os limites desses dois lugares são tênues. Assim, se o “turista” na sociedade de consumo ocupa o lugar a ser alcançado pelo “vagabundo”, naquilo que ele representa como possibilidade de mobilidade e liberdade, o lugar do “vagabundo” atuaria como dispositivo de temor para o turista. Ou seja, como esses lugares são móveis e circunstanciais, ocupar a condição de “vagabundo” seria confrontar-se com o confinamento e com o impedimento da mobilidade e da liberdade.

A simples visão do vagabundo faz o turista tremer – não pelo que o vagabundo é mas pelo que o turista pode vir a ser. Enquanto varre o vagabundo para debaixo do tapete – expulsando das ruas o mendigo e sem teto, confinando-o a guetos distantes e “proibidos”, exigindo seu exílio ou prisão – o turista busca desesperadamente, embora em última análise inutilmente, deportar seus próprios medos. (Bauman, 1999, p.106)

A metáfora utilizada pelo autor nos acena com o protótipo do indivíduo globalizado: livre e sem amarras, distante dos impasses do cotidiano, porque passeia pelas ruas sem afetar-se com os dilemas que nelas estão expostos.

Assinalando as conseqüências do processo de globalização atual, Bauman traz em seu trabalho a constituição de uma ordem social vivida pelos indivíduos com temor e insegurança permanentes. Diante da experiência de fluidez constante, ressalta movimentos que buscam escapar dessas tensões, fixando-se em territórios aparentemente seguros. Poderíamos visualizar – acompanhando os últimos acontecimentos em diversos países – esses movimentos nas disputas étnicas, na acentuação do racismo e da xenofobia, no retorno dos grupos nazifacistas que pretendem a higienização social, no apego às identidades como forma de defesa de um território existencial e também nos discursos da população e dos governantes que solicitam e prometem mais ordem, mais pena de morte, mais normas e leis e políticas de segurança pública mais tenazes.

Consideramos que a instauração dessa política do medo e da insegurança deva ser analisada numa perspectiva que apreenda seu engendramento nos campos macro e micropolíticos. Como essas políticas se instauram? Como se fazem aceitas? Quais dispositivos de controle estão sendo acionados no sentido de pulverizar em diferentes grupos sociais a crença na inevitabilidade e irreversibilidade desses processos, como se estivéssemos condenados a habitar um tempo sem possíveis? Será que nossas ações têm sido apenas de explicação e aceitação indignada desses movimentos?

A BUSCA DE SEGURANÇA CONECTADA COM DISPOSITIVOS DE CONTROLE

Foucault, em alguns dos seus trabalhos, chamou atenção para os dispositivos de poder e os seus efeitos. Analisando os modos de exercício do poder, apontou que, por volta dos séculos XVII e XVIII, assistimos à emergência de novos modos de funcionamento do poder, uma nova mecânica que incidia primeiro sobre os corpos, fabricando-os úteis e dóceis. Sustentava que esse novo tipo de poder foi

um dos instrumentos principais na implantação do capitalismo industrial. Denominou de poder disciplinar essa nova modalidade de exercício do poder que se diferencia da soberania. Na soberania, a questão central seria que o soberano teria o poder de *fazer morrer e deixar viver* – o direito de vida e de morte do súdito estaria atrelado à vontade do soberano. É porque o soberano pode atualizar o direito de matar que ele exerce seu direito sobre a vida dos súditos.

A esse poder de soberania articulou-se outra modalidade de poder que não a substituiu, mas prolongou seus efeitos. Novas técnicas de poder que, incidindo sobre o corpo, permitiam sua distribuição no espaço (esquadrinhamento), conferindo-lhe visibilidade. Tecnologia disciplinar, de controle e fabricação dos corpos. Entretanto, Foucault não concebe essas novas técnicas de poder como substitutas das tecnologias de soberania. Indica também que a essa modalidade - técnica disciplinar-se conjugou uma outra que funcionou por instrumentos distintos: o biopoder.

Se a disciplina se dirigia aos corpos, individualizando-os, essa nova tecnologia dirigiu-se à vida, intensificando-a. Trataram-se, portanto, de duas técnicas de poder sobrepostas, que não se excluem, mas se articulam. O biopoder, para Foucault, funcionaria como um mecanismo regulamentador que

agrupa os efeitos de massa próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrerem uma massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. (Foucault, 1999, p.297)

A população surge como foco central dos mecanismos de controle e segurança: *fazer viver e deixar morrer*. As guerras já não teriam como objetivo defender o nome de um soberano, mas centralizaram-se na “necessidade de viver”. O biopoder constituiria um poder sobre a vida, administrando os corpos e gerindo a vida de forma a prolongá-la. Nessa “expansão” da vida os inimigos a serem suprimidos não são os adversários, mas os perigos internos e externos à população. A eliminação da vida indesejável, das eventualidades e dos perigos ameaçadores, tornaram a vida desejável e saudável.

Talvez seja nesse sentido que Foucault, no texto *A Governamentalidade* (1981), ao analisar a arte de governar em suas relações com a temática da população, tenha afirmado que governar tinha

assumido o sentido de “dispor as coisas”, governar as coisas. Marcando as diferenciações da sociedade da soberania, sociedade disciplinar e sociedade de governo, esclareceu que não as compreendia como substituição de uma pela outra. Afirmou, que para a soberania,

o que permitia atingir sua finalidade, isto é, a obediência à lei, era a própria lei; lei e soberania estavam indissolúvelmente ligadas. Ao contrário, no caso da teoria de governo, não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. [...] enquanto a finalidade da soberania é ela mesma e seus instrumentos tem a forma de lei, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas. (Foucault, 1981, p.284)

Alguns autores⁵ enxergam nessas análises de Foucault quanto ao biopoder a indicação de que não estaríamos mais vivendo num tempo marcado pela sociedade disciplinar.

As descobertas da microbiologia, o mapeamento do código genético, a produção de vírus para as guerras bacteriológicas, os avanços da informática, as descobertas da medicina que permitem o prolongamento da vida são processos que permitem vislumbrar intervenções concretas na vida e também dispositivos sutis de controle. Essas intervenções que se pulverizam e têm como promessa, em algumas situações, o prolongamento da vida, tratam também da sua administração e controle, um controle que não mais se atém à vigilância e punição, mas que busca eliminar possíveis desvios futuros.

Nem lepra. Nem peste. Elimina-se a mínima propensão. Combate-se as possibilidades. O alvo dos controles dessa rede é, sem dúvida, o acaso, a possibilidade de ser, o desvio, o virtual desvio, qualquer vislumbre de alteridade. Administrando o desvio se podem conter as “diferenças-em-ressonância”, as errâncias, as variações, os desencontros (Queiroz, 1999, p.104).

A indicação da emergência de novos mecanismos de poder foi trabalhada também por Deleuze quando delineou que estaríamos vivendo um tempo que não era mais disciplinar, mas de controle contínuo. Caracterizando a sociedade disciplinar, cartografada por

Foucault, como organização espacial delimitada, Deleuze anunciava que vivíamos uma crise generalizada dos meios de confinamento: fábrica, escola, hospital, prisão etc. As sociedades de controle funcionariam por um processo de modulação contínua que nunca termina, é ilimitado. Já não estaríamos fixados no espaço porque os novos mecanismos de controle expandem permanentemente suas fronteiras. Como funcionaria esse controle contínuo?

Podemos partir, por exemplo, da chamada crise da escola e do trabalho, que foi abordada intensamente na década de 90, no Brasil. Diante dos índices de desemprego, das inovações tecnológicas, da flexibilidade do processo de trabalho e das possibilidades do capitalismo de prescindir, cada vez mais, da mão-de-obra dos trabalhadores no processo de produção, nos indagamos se não estaríamos vivendo um momento de fim do trabalho. Os objetivos deste texto não estão centrados numa análise dos processos de trabalho contemporâneos, então não cabe nos limites da nossa análise cotejar os indicadores das mutações do trabalho na atualidade. Entretanto, acompanhando algumas análises⁶, poderíamos afirmar que, talvez, no lugar de fim do trabalho, estaríamos vivendo um momento que trata da sua expansão, expansão que não implica aumento dos índices de emprego nem melhoria das condições de vida e trabalho dos indivíduos. Ao contrário, essa expansão do trabalho vem acompanhada de uma intensa precarização não só das condições de vida, mas também de trabalho.

O trabalho, hoje, não estaria mais circunscrito a um meio fechado como o espaço da fábrica, do escritório etc. Ele invade a vida e o corpo do trabalhador por inteiro. A fábrica saiu de seus limites, ampliou suas fronteiras e toma todo o tempo de vida do trabalhador. De acordo com Negri (1998, p.35), a ferramenta de trabalho está encarnada no cérebro, no corpo e nos modos de sentir do trabalhador. Assim, seria a vida que estaria tornando-se produtiva.

Y poner en producción a la vida significa esencialmente poner en producción los elementos de comunicación de la vida. Una vida individual no podría ser productiva. La vida individual se vuelve productiva – e intensamente productiva – en la medida en que entra en comunicación con otros cuerpos, con otras herramientas encarnadas.

Alguns autores insistem que vivemos um momento de transformação da natureza do trabalho, em que este está se convertendo em trabalho intelectual, tecno-científico, imaterial⁷. O que caracterizaria essas transformações seria a emergência de uma rede complexa de cooperação produtiva. O trabalho aos poucos estaria se desvinculando da produção material de mercadorias e o setor de serviços ocupando um lugar de destaque. Concordemos ou não com essas análises, elas trazem questões importantes, sobre mutações engendradas no campo do trabalho e seus modos atuais de funcionamento.

Com relação à escola, Deleuze indicará que os decretos de crise da escola não tratam da sua eliminação. Ao contrário, tal como vem ocorrendo com os processos de trabalho, a educação estaria se expandindo para além dos limites da escola sob a forma de educação permanente. Os exames e provas, que são distintivos típicos de uma certa forma-escola, dão lugar a um sistema de avaliação contínuo que deve ser levado a cabo pelos próprios indivíduos.

Em entrevista publicada recentemente, o diretor regional do Senac⁸ afirma que na atualidade o domínio de competências é exigência para quem está inserido no mercado de trabalho, mais do que a aquisição de diplomas. Postula, ainda, que a formação escolar não basta para o ingresso no mercado de trabalho. O que o mercado parece solicitar é que os indivíduos apresentem “prontidão para o trabalho”. A nova proposta do Senac estaria concentrada nas competências profissionais e não em conteúdos ou disciplinas.

Anunciando que é preciso “desaprender a trabalhar”, a entrevista retrata o protótipo do trabalhador e os parâmetros da educação na contemporaneidade.

Ele precisa ser um bom técnico, mas também uma pessoa em paz consigo mesmo, equilibrada, em condições de entender as dificuldades que vive no dia-a-dia e conviver com elas, agindo, emocionalmente, de forma madura. (Jornal do Brasil, 1/10/2000)

Todavia, olhar somente para essas transformações como tendências inevitáveis e irreversíveis, acreditando que não há possibilidades que já se engendrem no interior desse processo, é admitir um ponto de vista teórico-político totalizador que só produz paralisia e impotência.

Analisar os dilemas e impasses que vivemos na contemporaneidade focalizando as transformações no âmbito macropolítico é fundamental. Mas é importante cotejar o campo micropolítico onde esses processos também se fabricam, percebendo como essas práticas se sedimentam e, junto delas, os combates resistentes à implementação da ordem globalitária.

Nesse sentido, recorreremos ainda às produções de Deleuze & Guattari no que diz respeito à micropolítica. Se hoje o capitalismo funciona movimentando um intenso processo de desterritorialização, como esse processo está sendo vivido pelos indivíduos? Quais atravessamentos se constituem na relação entre macro e micropolítica?

Esses autores argumentam que os indivíduos e grupos sociais são constituídos por duas segmentariedades, simultaneamente, uma molar e outra molecular. Elas não têm a mesma natureza e nem as mesmas correlações, mas coexistem. A política não é produzida somente no campo molar, pois ela “é ao mesmo tempo macro e micropolítica” (Deleuze & Guattari, 1996, p.90). Tomando a burocracia como exemplo, os autores explicam que, mesmo tendo limites fixados, a burocracia está imersa num campo molecular que não só amplifica uma linha dura de divisões bem-marcadas, localização e centralização, há também uma inventividade no interior dos próprios regulamentos administrativos. Apontando as diferenciações de uma segmentariedade e outra (molar e molecular), chamam atenção para o fato de que sua caracterização não se pode ater às correspondências entre segmentariedade molar e preponderância de processos rígidos e entre segmentariedade molecular e linhas flexíveis, pela possibilidade de incorrerem no equívoco da defesa de maior flexibilidade. Tampouco à circunscrição do campo molecular aos processos de ordem individual, ou ainda diferenciá-las por um aspecto dimensional: micro = pequeno e macro = grande.

[Quanto] mais a organização molar é forte, mais ela própria suscita uma molecularização de seus elementos, suas relações e aparelhos elementares [...]. Segundo a fórmula de Gorz, o capitalismo mundial não tem mais como elemento de trabalho senão um indivíduo molecular, ou molecularizado, isto é, de massa. A administração de uma grande segurança molar organizada tem por correlato toda uma microgestão de pequenos medos, toda uma insegurança molecular permanente. (Deleuze & Guattari, 1996, p.94)

Afirmam que tememos a perda dos quadros de referência que nos constituem, os modelos, as identidades fixas, as certezas etc. O medo nos joga na busca de soluções fechadas, na procura e aceitação de modelos bem-definidos. O apelo à ordem, a regras mais duras, aos valores cristalizados que limitam a nossa vida, nos dá uma breve sensação de que temos nas mãos as rédeas da vida, o controle sobre ela.

Esses autores chamam atenção ainda para o fato de que sempre escapa ou foge alguma coisa dos processos de sobrecodificação, mas muitas vezes não conseguimos captar os sinais dessas “fugas”.

Abordar os dilemas e impasses da contemporaneidade reportando-nos a um certo saudosismo-nostálgico, em algumas situações acaba enaltecendo os pressupostos liberais dos direitos do cidadão, ou ainda, o retorno de políticas de um suposto estado de bem-estar social que também produziu misérias e dominação. Talvez seja importante olhar para os processos em cena no campo da educação e do trabalho apreendendo suas mutações. O que essa estratégia pode propiciar?

Uma das possibilidades seria a análise rigorosa e radical dos mecanismos de dominação que hoje se gestam, captando-os em suas sutilezas, a outra seria produzir estratégias que dêem visibilidade aos projetos políticos da globalização – neoliberal. Como Deleuze (1992, p.159) afirma, “O papel da esquerda, esteja ou não no poder, é descobrir um tipo de problema que a direita quer esconder a qualquer custo”

A análise dos processos que constituem a contemporaneidade não podem estar dissociada da tentativa de apreender as porosidades do próprio funcionamento do capitalismo. Se esse funcionamento hoje é singular, as armas para desmontá-lo também precisam ser novas e inventivas. Ou seja, seria preciso criar outros problemas e fazer perguntas que desbloqueiem movimentos que hoje são ou estão engessados.

Se hoje vivemos uma desmontagem de várias instituições, entre elas situamos a escola, outros modos de organização e funcionamento estão sendo enunciados. Nesse sentido, é importante dirigir nossas preocupações para “como” estão sendo configurados esses processos? Por quê? Onde?

Se os dispositivos de controle acionados hoje no capitalismo funcionam por modulação contínua, estaríamos tratando com uma pluralidade de modelos que mudam continuamente e não com a extinção deles. Então, seria possível admitir uma pluralidade de resistências? Essas resistências, para serem vislumbradas, talvez requeiram deslocamentos e transformações de algumas categorias de análise com as quais trabalhamos. Conforme Queiroz (1999, p.126) indica, quando discute acerca das produções de Foucault, “o esforço do pensamento que, se quiser expandir-se, terá de traçar cartografias irreconhecíveis no desafio de pensar diferentemente do que se pensa, de agir diferentemente do que se age e de ser diferentemente do que se é”.

Como as evidências atuais apontam para um futuro de uma humanidade destruída e sucateada, as nossas alianças com os movimentos que interrogam esse destino como fatalidade pode ser um caminho interessante a ser trilhado. Nesse sentido, nos remetemos a Foucault mais uma vez, entendendo que seu trabalho ainda pode oferecer-nos algumas pistas.

Destacamos sobretudo as análises tecidas por ele quanto à questão do poder. Foucault desenha um modo de entendimento das relações de poder que subverte alguns postulados. Entre eles, sublinhamos os postulados de localização e propriedade do poder. O poder, de acordo com suas análises, não é algo do qual nos apropriamos em dadas circunstâncias, tampouco está circunscrito ao aparelho de Estado. Falar de poder seria transitar no campo da batalha e do litígio, de uma pluralidade de relações de força. Não haveria um foco único de poder do qual desdobrar-se-iam as suas formas. No diagrama desenhado por Foucault, as relações de poder estariam pulverizadas no campo social. O poder seria efeito de um conjunto de práticas, uma relação de forças. Operando ainda um deslocamento com relação à hipótese repressiva do poder, discorda dessa formulação e insiste que o poder não consegue efetivar sua eficácia se somente atuar pela repressão. As relações de poder vão além disso, elas incitam, fabricam corpos, produzem realidade.

Além disso, Foucault (1999, p.35) procurou escapar de um entendimento do poder como pura dominação ou submissão (os indivíduos não são alvo passivo das relações de poder).

O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre seus intermediários.

Mas na análise dos modos de funcionamento das relações de poder, Foucault chamou atenção para as resistências. Essas, as resistências, não estariam em posição de exterioridade no que diz respeito às relações de poder. Ao contrário, estão presentes nas redes de poder e se fabricam no seu próprio exercício. E, da mesma forma que ele pluraliza o poder, abordando-o como relações de força, também o faz com as resistências. Elas não estariam localizadas, tampouco formuladas *a priori*. O que Foucault afirma (1985, p.91) é que as resistências se fabricam no plural,

possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam subproduto das mesmas [...]. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento.

Os processos de resistência, embora possam dar-se de forma local, têm a potência de atravessar instituições e organizações interrogando seus modos de funcionamento, ou, ainda, fabricando outros sentidos. Resistências pensadas como linhas desobedientes que problematizam os princípios de ordenação da vida.

É importante deixar claro que o campo em que está sendo aqui situada a noção de resistência se diferencia do de algumas concepções. Resistência não teria o sentido de uma oposição entre termos que se bloqueariam, vislumbrando mudanças num momento posterior. Como os processos de resistência não estariam em relação de exterioridade ao exercício do poder, é nesse exercício que as forças de resistência se afirmam, inaugurando outros campos de possibilidade de ação.

O foco de nossas preocupações se situa na idéia acalentada de que vivemos um processo irremediável de expansão do capital. Tal idéia nos deixa poucas possibilidades ou, ainda, nos coloca muitas vezes em compasso de espera. Entretanto, várias indagações nos rodeiam: até que ponto por não vislumbrarmos lutas globais, não estamos colocando à margem processos, combates, que interrompem ou desaceleram a lógica de expansão do capital? Não estaríamos com isso absolutizando e totalizando a potência do capital em alargar suas fronteiras, conferindo-lhe um poder quase ilimitado? Como os dispositivos de controle, que funcionam sob o modo caracterizado por Foucault como biopoder, estão conectados com os processos de globalização? Não estariam sendo fabricados no campo micropolítico, engendrando os paradigmas do medo e da insegurança?

A partir das contribuições de Foucault ainda indagaríamos: quais são os vetores de resistência na atualidade? Da mesma forma que estão sendo engendradas novas configurações no campo da educação, não estariam sendo inventadas novas modalidades de luta? Como essas novas modalidades estão sendo fabricadas? Quais outros sentidos de educação elas estão afirmando? O que há de comum nessas lutas? Quais rupturas podem ser cunhadas no interior do processo de globalização? Se a “nova” globalização vem permitindo liberar os fluxos do capital, não estaria também sendo utilizada na liberação dos fluxos de resistência?

Essas e muitas outras questões nos têm acompanhado e alimentam nossa recusa à indiferença, fortalecendo a possibilidade de ainda estranharmos nosso presente e fabricar a nossa existência.

NOTAS

¹ A noção de porosidade está relacionada com o pensamento de Walter Benjamin e foi trabalhada pelo professor Luis Antonio Baptista em aula da disciplina Teoria & Educação I do curso de doutorado em Educação da UFF.

² A respeito das especificidades do processo de globalização atual ver: OLIVEIRA, F. (Org.). *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

- ³ Com relação à análise do processo de exclusão ver CASTEL, M. As transformações da questão social. In: WANDERLEY, L. E. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997; FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.
- ⁴ Com relação a essa questão podemos fazer alusão às políticas implementadas por algumas prefeituras das grandes cidades brasileiras, que, sob o pretexto de cuidar dos menores e adultos que vivem em estado de miséria, os retiram das ruas, especialmente daquelas localizadas nas áreas mais nobres das cidades.
- ⁵ Fazemos referência às análises de André Queiroz em *Foucault: o paradoxo das passagens*. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.
- ⁶ Mais especificamente nos referimos às análises de Deleuze (1992), Toni Negri (1998), Antunes (2000) e Frigotto (1996).
- ⁷ Nos reportamos aqui às análises empreendidas por Negri (1998), Altamira, C. (2000), Espinoza, R. (2000) e Cocco, G. (2000).
- ⁸ Entrevista publicada no Jornal do Brasil, Caderno Educação e Trabalho, em 1º/10/2000.

BIBLIOGRAFIA

- ALTAMIRA, C. *La naturaleza del trabajo en el fin de siglo*. [online]. Disponível: [http:// www.groups.yahoo.com/group/toninegri](http://www.groups.yahoo.com/group/toninegri). [capturado em 30/09/2000]
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARRIGHI, G. La globalización, la soberanía estatal y la interminable acumulación del capital. *Iniciativa Operária*, n.48, mar. 1998.
- _____. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- CHESNAIS, F. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. _____. *A crise dos paradigmas em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- COCCO, G. *Trabalho e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.
- DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34, 1992.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Rio de Janeiro: 34, 1996.

ESPINOZA, R. *Capital, Trabajo y pobreza en la atual etapa del desarrollo capitalista*. Nota 10.1: anotações de estudo. Buenos Aires, 25/08/2000.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1996.

HARDT, M. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, E. (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. Rio de Janeiro: 34, 2000.

LIMOEIRO-CARDOSO, M. Ideologia da Globalização e descaminhos da ciência social. In: GENTILI, P. *Globalização excludente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NEGRI, T. *El exílio*. España: El viejo tropo, 1998.

QUEIROZ, A. *Foucault: o paradoxo das passagens*. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

RABINOW, P.; DREYFUS, R. *Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.